

Disputas acerca do politicamente correto no período eleitoral de 2018

A negação de conflitos identitários

BRUNA SILVEIRA DE OLIVEIRA

*Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,
Minas Gerais, Brasil*

ROUSILEY CELI MOREIRA MAIA

*Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,
Minas Gerais, Brasil*

ID 2292

Recebido em
24/08/2020

Aceito em
19/05/2021

Este artigo visa apreender ataques ao politicamente correto (PC), em particular a negação de conflitos identitários. A partir do contexto eleitoral brasileiro de 2018, exploramos as batalhas atreladas a tal regulação discursiva, que possui efeitos variados na esfera pública. Para tanto, comentários (N=2.614) nas páginas de Facebook de Bolsonaro (ex-PSL) e Haddad (PT) são investigados mediante análise de conteúdo. Os principais achados indicam que os apoiadores de Bolsonaro, ao atacar o politicamente correto, em sua maioria também negam as diferenças entre grupos identitários, enquanto os defensores de Haddad reconhecem essas diferenças. O primeiro tipo é, portanto, tóxico ao pluralismo social.

Palavras-chave: Politicamente correto. Políticas de identidade. Crise democrática. Intolerância. Eleições 2018.

Disputes about the Political Correctness in the 2018 Election Period: the Denial of Identity Conflicts

This article aims to apprehend attacks on political correctness (PC), in particular, the denial of identity conflicts. From the 2018 Brazilian electoral context, we explored the battles linked to such discursive regulation, which has varied effects in the public sphere. Therefore, comments (N = 2,614) on Bolsonaro's Facebook pages (ex-PSL) and Haddad (PT) are investigated through content analysis. The main findings indicate that Bolsonaro's supporters, in attacking the politically correct, for the most part, also deny the differences between identity groups, while Haddad's supporters recognize these differences. The first type is therefore toxic to social pluralism.

Keywords: Political correctness. Identity policies. Democratic crisis. Intolerance. Elections 2018.

Disputas sobre lo políticamente correcto en el período electoral de 2018: la negación de los conflictos de identidad

Este artículo tiene como objetivo apprehender los ataques a lo políticamente correcto, en particular, la negación de los conflictos de identidad. Desde el contexto electoral brasileño de 2018, exploramos las batallas vinculadas a dicha regulación discursiva, que tiene efectos variados en la esfera pública. Por lo tanto, los comentarios (N = 2.614) en las páginas de Facebook de Bolsonaro (ex-PSL) y Haddad (PT) se investigan mediante análisis de contenido. Los principales hallazgos indican que los partidarios de Bolsonaro, al atacar lo políticamente correcto, en su mayor parte, también niegan las diferencias entre grupos de identidad, mientras que los defensores de Haddad reconocen estas diferencias. El primer tipo es, por tanto, tóxico para el pluralismo social.

Palabras clave: Políticamente correcto. Políticas de identidad. Crisis democrática. Intolerancia. Elecciones 2018.

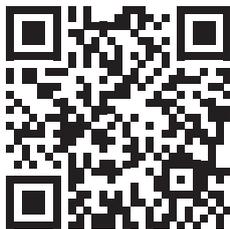
Bruna Silveira **OLIVEIRA**

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Integrante do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG). Bolsista CAPES.

Universidade Federal de Minas Gerais,
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: bsilveira9@ufmg.br

ORCID



Rousiley Celi **MOREIRA MAIA**

Doutora em Ciência Política pelo Politics Department da University of Nottingham. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Líder do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/UFMG).

Universidade Federal de Minas Gerais,
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: rousiley@ufmg.br

ORCID



Introdução

“Aqui no Brasil não existe isso de racismo”¹ – afirmou Bolsonaro meses antes de ser eleito o chefe do Executivo do país. A recusa de reconhecer as desigualdades sociais e as distintas formas de exclusão, estigmatização e exploração como problemas coletivos acarretam a impossibilidade de discutir e criar soluções para tais desigualdades. Não falar sobre os conflitos, negar o racismo estrutural, o machismo, a misoginia, a LGBTQIAP+fobia, entre tantas outras pautas identitárias, ocorre, muitas vezes, sob o ataque e o desprezo ao politicamente correto (PC).

Examinamos, neste artigo, a relação existente entre a negação dos conflitos sociais e o ataque ao PC, em particular a correções da linguagem a fim de respeitar normas sociais atinentes às reivindicações de identidades. A contestação da regulação da linguagem possui diferentes origens e alvos, conforme explicam vários autores (RAJAGOPALAN, 2000; STRAUTS; BLANTON, 2015; RAMOS, 2017; entre outros). A relação entre o ataque ao PC e a negação das problemáticas de desigualdade entre grupos desfavorecidos, portanto, nem sempre é direta ou necessária. Dada a dificuldade de se apreender nuances do ataque ao PC relacionadas a posicionamentos políticos na sociedade eticamente pluralista, o presente artigo focaliza o período eleitoral de 2018, destacando a polarização entre os adeptos de Jair Bolsonaro (ex-Partido Social Liberal – PSL), que mobilizou a cultura do politicamente incorreto (DI CARLO; KAMRADT, 2018; MARTINS FILHO, 2019; SARGENTINI; CHIARI, 2019) e de Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores – PT), que se apresentou como um defensor dos direitos humanos (SANTA INÊS *et al.*, 2019). A fim de desenvolver um esforço comparativo entre os comentários indispostos ao PC, este artigo, ao tomar como base a análise de conteúdo (NEUENDORF, 2002; BARDIN, 2016), considera uma amostra representativa composta por 2.614 comentários e respostas nas páginas de Facebook dos candidatos em questão. A coleta foi realizada durante o período de propaganda eleitoral oficial, de 16 de agosto a 28 de outubro de 2018.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira seção, empreendemos uma discussão acerca das disputas em torno do PC. Buscamos evidenciar diferentes sentidos do termo e tensões derivadas dessas concepções. Na segunda seção, reconstruímos brevemente o contexto polarizado das eleições de 2018, focalizando a conjuntura do momento e a agenda política dos dois principais candidatos, Bolsonaro e Haddad. Buscamos, na sequência, lançar luz sobre a negação, na esfera pública, das desigualdades sociais como problemas de interesse público. Na quarta seção, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados neste estudo na quarta seção. Já na quinta seção, apresentamos os resultados de nossa análise, uma exemplificação e interpretação acerca dos ataques e defesas ao/do PC e implicações relativas à negação dos problemas sociais. Nossos resultados, conforme o esperado, indicam que os apoiadores de Bolsonaro, em sua maioria, atacam o PC, ao passo que defensores de Haddad defendem essa regulação. A conclusão discute implicações mais gerais dessa relação entre candidatos e seus apoiadores no que diz respeito aos debates na esfera pública.

Aversão ao politicamente correto

“Hoje em dia não pode falar nada que já tem mimimi interpretando mal!”² Assiste-se a uma aversão aos princípios do PC, e argumentos como este são cada vez mais acionados para contestar esforços de correção da linguagem. No Brasil, o politicamente incorreto (PI) tem ganhado cada vez mais adesão. Seu

¹ Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/no-dia-em-que-e-derrotado-na-pgr-bolsonaro-diz-que-nao-existe-racismo-no-brasil-11863223>>. Acesso em: 9 nov. 2019.

² Comentário retirado da coleta de dados.

enaltecimento é visto de diversas formas na sociedade, como nos comentários do humorista Danilo Gentili, conhecido por suas piadas explicitamente politicamente incorretas (SANTANA; LEAL, 2019). Além disso, em 2009, Leandro Narloch lançou o *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. O livro traz negações de diversas afirmações que compõem a história do país. Foram lançadas, ainda, diversas continuações da obra, descrevendo a história politicamente incorreta de áreas como filosofia, economia, esporte, política, entre outras.

Cabe aqui destacar o que chamamos de PC. O conceito é alvo de disputas, e, para nossos propósitos, focalizamos a abordagem política do seu significado. Ser PC sinaliza respeitar e conviver com a pluralidade e adaptar a forma discursiva e comportamental a fim de considerar as diversas identidades que coexistem na esfera pública. Diversos autores (HALL, 1994; RAJAGOPALAN, 2000; HERZOGENRATH-AMELUNG, 2016; RAMOS, 2017; entre outros) se debruçaram sobre os embates que envolvem a questão do PC no que tange à eficácia ou não do seu emprego, bem como à sua relação com as liberdades individuais e coletivas. O termo, desde a sua origem, já era tratado de maneira pejorativa. Segundo Kohl (1992), o politicamente correto surgiu entre as décadas de 1940 e de 1950, em alusão aos debates políticos entre socialistas e membros do Partido Comunista dos Estados Unidos. Já nos anos 1980 e 1990, o PC aparece no período de guerras culturais estadunidenses, apropriado pelos intelectuais de direitas como uma maneira de definir depreciativamente estudantes e professores multiculturalistas, responsivos ao racismo, sexismo e à homofobia na universidade (KOHL, 1992; RAMOS, 2017). Strauts e Blanton (2015) ainda afirmam que o PC foi introduzido pelos políticos conservadores para dizer que alguns políticos liberais, ao promoverem a tolerância a minorias, estariam, na verdade, realizando ações que poderiam ser interpretadas como outros meios de intolerância. De acordo com tais grupos conservadores, o PC poderia ter como consequência a limitação das liberdades de expressão e o sufocamento das discussões sobre problemas sociais, promovendo a estereotipagem dos grupos desfavorecidos como vítimas.

Segundo Rajagopalan (2000, p. 93), “a linguagem ‘politicamente correta’ tem sido alvo de críticas acirradas advindas de todos os lados”. Certos grupos intelectuais de viés progressista acreditam que a linguagem politicamente correta é uma manobra para maquiagem a realidade existente, sem o objetivo de convertê-la em um mundo mais justo e igualitário. E os que simpatizam com os ideais conservadores se mostram igualmente insatisfeitos por ter que utilizar uma linguagem politicamente correta, já que tal posicionamento vigilante visa denunciar contextos classistas, racistas e sexistas para eles inexistentes em nossa realidade (RAJAGOPALAN, 2000; RAMOS, 2017). Para Hall (1994), muito do que se passa por PC é, na prática, uma deformação de uma nova configuração política. Contudo, em vez de entender as forças e ideias que realmente a produziram, tal deformação tenta conduzir novas lutas com armas antigas.

Para os propósitos deste artigo – que alinha o ataque à correção do discurso à negação dos conflitos identitários, retirando, assim, as discussões das agendas políticas e públicas –, interessa-nos a concepção que entende a reivindicação trazida pelo PC como uma das posturas de contestação às ofensas e à rejeição (DZENIS; FARIA, 2020) adotadas pelos grupos estigmatizados ou por quem advoga por eles. Assim, este trabalho dialoga com a assimilação do PC como um tipo de adequação para as circunstâncias sociais (GRANATH; ULLÉN, 2017). O PC, ao criar certas normas sociais, acredita que os falantes podem escolher as palavras a serem utilizadas quando se referem a um determinado grupo da sociedade, e, dessa forma, seria possível a restrição de certas expressões que impulsionam visões negativas às identidades dos grupos (LALONDE *et al.*, 2000; STRAUTS; BLANTON, 2015). Portanto, o PC, aqui, é entendido como uma regulação com a finalidade de respeitar os direitos humanos (DH) e criar uma esfera pública mais inclusiva. É o grito por respeito, que se inicia no discurso.

A mudança da linguagem comum pode significar uma importante e transformadora virada nas atitudes e crenças que impedem uma mudança social mais significativa. Strauts e Blanton (2015) apontam que, se a reforma da linguagem for suficiente para a promoção da tolerância, então a reação contra tal reforma (o posicionamento contrário ao PC) poderia viabilizar atitudes e crenças menos tolerantes. Para Newfield

(1993), a resposta moderada ao PC espelhou o axioma da direita de que a livre circulação de ideias foi assestada pelos efeitos repressivos das agendas políticas.

Na teoria do *cultural backlash* (NORRIS; INGLEHART, 2019), a virada conservadora, ao promover uma “revolução silenciosa de valores”, fortalece o discurso que se opõe à diversidade social. Com base nos pensamentos dos autores, consideramos que a recusa de se tratar os conflitos sociais na esfera pública tem como consequência a aversão à linguagem politicamente correta, que tem por finalidade respeitar as diversas identidades. Por isso, partimos da premissa de que as pessoas que negam as diferenças históricas, sociais, políticas e econômicas das diversas identidades sejam mais contrárias ao PC em comparação àquelas que reconhecem essas diferenças.

O ataque ao politicamente correto em um contexto polarizado

A polarização das eleições presidenciais de 2018 no Brasil, causada pelo protagonismo de candidatos com visões e agendas políticas opostas, é alvo de muitos estudos (BAPTISTA *et al.*, 2018; ALONSO, 2019; ABRANCHES, 2019). Contudo, não podemos tomar a polarização como o único fator relevante para explicar as últimas eleições, nem mesmo assumir que o uso inovador das plataformas de mídias sociais foi exclusivamente responsável pelo resultado das urnas de 2018. Foram diversos os processos que confluíram na contestação da corrupção, no antipetismo, na ansiedade mobilizada das classes médias, na ascensão da direita conservadora e na discussão das agendas identitárias. Esther Solano (2019, p. 319) aponta que a eleição de 2018 foi pautada pelos seguintes fatos: “[...] a retórica antissistema e a instrumentalização dos anseios de renovação política, o louvor a uma justiça messiânica, o antipartidarismo, a visão do adversário político como inimigo a ser aniquilado, o anti-intelectualismo”. Ademais, a persuasão inevitável do populismo, o desmonte da credibilidade da educação, a discussão entre o que é ou não verdade e qual verdade é válida constituem um pano de fundo importante para compreendermos o fenômeno eleitoral (MIGUEL, 2018; AVRITZER, 2019; NORRIS e INGLEHART, 2019; MOUNK, 2019). Entre os fenômenos que contribuem para a corrosão da democracia, interessa-nos destacar a reestruturação da esfera pública, já que tanto certos representantes políticos quanto alguns cidadãos têm se posicionado, em certa medida, de maneira contrária aos processos democráticos de inclusão e debate sobre as diferenças. Pautada pela pluralidade, a democracia deve garantir direitos iguais a todos (HELD, 1995; HONNETH, 2009; HABERMAS, 2010). Nos modelos de governo mais democráticos, segundo Held (1995), a autonomia dos indivíduos é cedida em prol do bem próprio e coletivo.

O mal-estar relativo à aceitação da regulação do discurso pelo PC aqui é entendido como uma indisposição para a adequação de uma linguagem respeitosa às diversas identidades e aos DH. Este crescente enaltecimento do PI, segundo Di Carlo e Kamradt (2018, p. 57), é, no Brasil, apropriado por aqueles que não respeitam as minorias. A nova direita, de acordo com os autores, apresenta uma visão específica sobre a história do país e busca “negar toda violência praticada contra os negros, quando a escravidão vigorava, e contra os opositores, na época da ditadura militar”. Tal revisionismo histórico de negação das agendas das minorias procura barrar as legislações específicas que as protegem das assimetrias sociais. Sendo assim, ainda de acordo com os autores, essa cosmovisão determina uma forma de exercer o poder político, o que põe em risco o processo democrático no país.

O ataque direto ao campo progressista também diz respeito ao ataque às pautas identitárias, e, segundo Solano (2019, p. 318): “É a revolta do homem branco heterossexual que enxerga privilégios demais nas lutas identitárias”. Ainda tratando-se do Brasil, há entre as elites o acordo de rejeição ao PC, já que elas consideram que o fenômeno, além de cercear o humor e a espontaneidade, é uma expressão puritana que intenciona arquitetar uma sociedade artificial (SCABIN, 2018).

A aversão ao PC é vista, como já comentado, por diferentes espectros de percepção de modelos políticos. Porém, acreditamos que os adeptos aos ideais de Bolsonaro sejam mais contrários ao PC do que os apoiadores de Haddad. Baseamo-nos no fato de Jair Bolsonaro ter sido um candidato que mobilizou a cultura do PI (DI CARLO; KAMRADT, 2018; MARTINS FILHO, 2019; SARGENTINI; CHIARI, 2019). Ainda enquanto pré-candidato à presidência da República, ele já se revelava crítico ao PC. Para ele, a questão do ódio não é uma problemática no país, e o PC, assim como o “mimimi” e a frescura, devem ser excluídos das agendas de preocupação.³

O PC, conforme indicado acima, busca uma regulação no discurso em prol de maiores inclusividade e respeito às diferenças. Enquanto isso, o candidato politicamente incorreto Bolsonaro “defende que as minorias é que devem se encaixar, adaptar-se às majorias. Se para alguns o discurso bolsonarista é agressivo, misógino, preconceituoso, para outros produz efeitos de autenticidade e franqueza” (SARGENTINI; CHIARI, 2019).

Em comparação, Haddad, no contexto pré-eleições, defendeu os DH, alinhando-os à proteção de minorias políticas e à defesa da democracia (SANTA INÊS, 2019). O candidato, durante sua campanha, destacou a necessidade de assegurar avanços no campo social e, em seu plano de governo, pontuou que se iniciaria um novo período histórico de afirmação de direitos. O professor ainda evidenciou sua intenção de implementar uma conferência nacional popular de DH com o intuito de incluir e promover os direitos de todos e todas. Ao salientar, em seu plano de governo, que mulheres e negros, dois importantes grupos da população brasileira, são grandes alvos na atual crise do país, ele afirmou que o combate ao racismo e ao machismo seria estratégico para a construção de uma democracia mais assertiva.⁴

A partir destas considerações, apresentamos a nossa primeira hipótese:

H1: Os apoiadores de Jair Bolsonaro serão mais propensos a atacar o PC, se comparados aos apoiadores de Fernando Haddad.

A esfera pública e a negação das desigualdades como problemas de interesse público

Caracterizada como o espaço onde os assuntos públicos são articulados e debatidos pelos sujeitos privados e públicos, a esfera pública está diretamente ligada à formação de opiniões. A cultura do PI, seja ela acionada pela defesa da liberdade de expressão, seja pela negação das diferenças, provoca um tensionamento na convivência entre os indivíduos para processar conflitos na esfera pública. Isto implica em dizer que a noção que as pessoas têm sobre o politicamente incorreto e o correto interfere no modo de lidar com os desacordos. Para se compreender de maneira mais detalhada a dinâmica de formação da opinião pública, se faz necessária a distinção entre os processos dessa formação e os processos de tomada de decisão nas instâncias formais do sistema político (HABERMAS, 2002; MAIA, 2002; 2006). Idealmente, a esfera pública, enquanto espaço aberto para debate de problemas e conflitos sociais, requer que as desigualdades sejam colocadas como centrais na problematização do debate público (HABERMAS, 2002; 2014; FRASER, 1992). Assim, lidar com o desacordo de modo democrático requer uma sensibilização para as diferenças, em vez de sua negação. “A responsabilização solidária pelo outro como um dos nossos se refere ao ‘nós’ flexível numa comunidade que resiste a tudo o que é substancial e que amplia constantemente suas fronteiras porosas” (HABERMAS, 2002, p. 7). A democracia deve se organizar em torno da inclusão do outro. Tal argumento ha-

³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/hoje-o-gordinho-virou-mariquinha-diz-bolsonaro-ao-criticar-politicamente-correto.shtml#>>. Acesso em: 7 ago. 2019.

⁴ Plano de Governo de Fernando Haddad. Ver mais em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2018/08/plano-de-governo_haddad-13-pdf.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

bermasiano contra a exclusão sistemática refere-se a uma inclusão em que, independentemente da procedência cultural ou de distintos eixos de diferença entre os cidadãos, as fronteiras da comunidade estejam abertas a todos, sobretudo àqueles colocados à margem.

Como atualmente assiste-se a uma virada conservadora tanto na esfera governamental quanto na esfera civil (MIGUEL, 2018; AVRITZER, 2019; NORRIS; INGLEHART, 2019), interessa-nos destacar que o PC se vale da dimensão normativa da democracia baseada no ideal igualitário e na eliminação das barreiras de classe, sexuais e raciais. Segundo Choi e Murphy (1992, p. 131, tradução nossa⁵), “o que suporta o politicamente correto é a política das diferenças”. Para os autores, a democracia real só existe quando as dissidências são fomentadas, as diferenças de opiniões são ancoradas e as propostas são resolvidas por meio do debate livre e aberto.

Diante da falta de poder conferida às vozes dos agentes que sofrem discriminação no tecido social – mulheres, negros e negras, população LGBTQIAP+, indígenas, entre outros –, não se pode discutir sobre as formas de opressão a partir do viés de que há igualdade de acesso à fala pública. Toda mudança social requer tempo, dado que cada indivíduo possui, em si, um universo de crenças, valores, percepções de mundo e formas de viver. No entanto, o fato de as mudanças comportamentais serem lentas em sua efetivação não significa que elas sejam impossíveis de ser realizadas. Como destaca Scabin (2018), há indicativos empíricos de que, nas últimas décadas do século XX, a questão das identidades transfigurou-se em uma preocupação central da vida social. Conforme aponta, ainda, a autora, o temor perante as mudanças culturais em curso, desde os anos 1960, nos Estados Unidos e no mundo, tiveram como consequências os ataques contra o multiculturalismo, as ações afirmativas e o feminismo.

Muitas temáticas associadas a questões de gênero, raça e sexualidade, anteriormente tratadas como da esfera íntima, adquiriram *status* político, como é o caso da vida familiar, do casamento, das relações sexuais (HALL, 1994; SCABIN, 2018). Em uma sociedade eticamente pluralista, determinadas crenças e estilos de vida não devem e nem podem deslegitimar a existência de outras, nem mesmo por meio de piadas. Os termos “vitimismo”, “frescura” ou “mimimi” são formas de descrédito do sofrimento e da própria existência do outro enquanto sujeito merecedor de respeito. Atualmente, o que vemos é a deslegitimação do outro como tal; uma indisposição a qualquer tipo de regulação do discurso.

Ao partimos, à luz da teoria crítica de Habermas e de Honneth, da premissa de que discurso é política, olhamos para a linguagem e seu caráter transformador. O linguista Rajagopalan (2000) afirma que os oponentes do comportamento PC se baseiam no que a linguagem é ou não capaz de fazer. Como o termo trata de um discurso metalinguístico, ou seja, um discurso que fala de si próprio, analisaremos proferimentos que falam da própria regulação da linguagem. É a sociedade que se autorregula (OLIVEIRA; MAIA, 2020); entretanto, obviamente, quando há novo parâmetro para se julgar ofensas extremas, o Estado é convocado a agir através de legislações como as que combatem o racismo e a injúria racial.

Bolsonaro nega, em espaços midiáticos, por meio da resistência em debater criticamente questões graves da sociedade brasileira, a existência de diversos problemas sociais como o racismo, o machismo, a transfobia, entre outros. Por meio da incitação à violência contra o inimigo, também nega a política e a arena pública em que há a exposição de divergências e problemas (CIOCCARI, 2018). Durante o período eleitoral, o então candidato se mostrou explicitamente contrário aos DH, elaborando relativizações em relação àqueles que estão em conflito com a lei (SANTA INÊS, 2019). Em seu discurso de posse da presidência, em 2019, ele subverteu o conceito de DH, tratando-lhe como um artifício utilizado para salvar bandidos e punir policiais. Tal contradição demonstra uma negação das problemáticas que rondam o tema.

⁵ No original: “What is supported by PC is a politics of difference”.

Conforme já exposto, em sua campanha, Haddad apresentou propostas diferentes relativas aos grupos estigmatizados, demonstrando, assim, que se importa com a adequação da esfera pública para a promoção da inclusão. Tais elaborações aproximam Fernando Haddad do reconhecimento dos conflitos sociais e das diferenças existentes na esfera pública.

Assim, partindo desse entendimento, formulamos a segunda hipótese:

H2: Entre os que atacam o PC e se manifestam sobre as questões identitárias, os apoiadores de Jair Bolsonaro serão mais propensos a negar a existência de conflitos identitários que os apoiadores de Fernando Haddad.

Procedimentos metodológicos

A construção da coleta de dados

Os dados da pesquisa correspondem aos comentários e respostas das páginas dos candidatos mencionados durante o período eleitoral oficial, de 16 de agosto a 28 de outubro de 2018. Por meio de um script elaborado exclusivamente para a pesquisa, foi feito o *web scraping*, ou seja, a raspagem dos dados do Facebook. Um *web scraper* corresponde a uma API (*Application Programming Interface*) ou a uma ferramenta que utiliza os padrões de construção do HTML (*Hypertext Markup Language*) para extração de dados de um ou mais sites. Além disso, pode ser também uma API que consome o banco de dados de um *software* para a extração de dados direto da fonte, sem a necessidade de uma raspagem HTML *in situ*. Como as páginas da web são criadas para usuários finais humanos, foram criados tais kits de ferramentas que coletam o conteúdo da web. O Facebook possuía uma API capaz de ajudar nesse processo, entretanto, após o incidente com a Cambridge Analytica,⁶ que usou dados da plataforma durante a propaganda eleitoral de 2016 dos Estados Unidos, esta API foi desativada e não possui mais os recursos necessários para *web scraper*. Nesses casos, é necessária a utilização de um *driver* de emulação programável para execução de rotinas que simulam um usuário comum navegando em um *website*. Essas ferramentas se aproveitam das estruturas de marcação de linguagem (HTML) para navegar e extrair informações. O seu uso é complexo, demorado e está limitado ao poder que o usuário tem sobre a página pela qual ele está navegando, não sendo possível extrair informações que não podem ser acessadas por esse mesmo usuário. Contudo, essa técnica nos dá o poder de conseguir grandes volumes de dados sem viés: extraímos exatamente o que nos é oferecido em uma navegação web comum, ou seja, só capturamos os dados visíveis pela simulação de navegação de um usuário *cold start* (novo usuário).

Devido a esse fator, o universo de comentários para a pesquisa representa uma amostra, já que o Facebook não disponibilizou toda a rede de comentários e respostas da época. Assim, chegou-se ao banco de dados da pesquisa, que possui, no total, cerca de 3 milhões comentários e 600 mil respostas.

A filtragem para a amostra

O primeiro passo para a construção da análise foi a seleção de palavras-chave específicas. Após uma busca (feita pelo uso da linguagem *Python*) pelos comentários que citam o politicamente correto e/ou incorreto, fez-se uma leitura flutuante do material com o objetivo de encontrar palavras e termos sinônimos, e, dessa forma, chegamos às seguintes palavras-chave: “mimimi”, “firula”, “frescura”, “vitimização”, “vitimismo”, “discurso bonito”, além de “politicamente correto” e “politicamente incorreto”. Tais palavras

⁶ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/20/internacional/1521574139_109464.html>. Acesso em: 7 nov. 2019.

foram definidas após a leitura dos próprios comentários nas páginas dos candidatos em questão, ou seja, após o entendimento do que essas pessoas entendem tais palavras-chave também como termos similares ao PC. O universo total conta com 2.614 proferimentos.

O procedimento analítico

A partir da configuração da amostra, foi realizada a análise de conteúdo (NEUENDORF, 2002; BARDIN, 2016), que requer organização da análise, codificação e exame sistemático de relações observadas. Para a codificação, formulamos as categorias e códigos descritos no Apêndice 1.⁷ Anteriormente ao trabalho empírico de codificação, realizamos o teste de confiabilidade, que propicia a credibilidade da análise e, conseqüentemente, de todo o processo investigativo. Tomando como base o alfa de Krippendorff (2007), o resultado do teste cego entre duas codificadoras foi: o menor valor chegou a 0,718, e o maior, a 0,801. O alfa de Krippendorff pode ser aprovado acima de 0,6. É válido mencionar que o artigo se baseou na análise de conteúdo para empreender uma atenção à dimensão qualitativa dos dados a partir da interpretação de comentários nas páginas dos candidatos.

Para a realização de estatísticas descritivas a partir dos dados obtidos, utilizou-se, na pesquisa, o IBM SPSS *Statistics*.

Analizando os dados

Ataque e defesa ao/do politicamente correto

A nossa primeira hipótese infere que os apoiadores de Jair Bolsonaro serão, se comparados aos apoiadores de Fernando Haddad, mais propensos a atacar o PC. Começaremos a análise investigando os dados do então candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro. De acordo com a Tabela 1⁸, ao nível de 99% de confiança, do total de pessoas que se manifestaram em relação ao Bolsonaro em relação ao PC, 91,15% são seus apoiadores – sujeitos que concordam com seus proferimentos e/ou expressam explicitamente seu apoio a ele por meio de hashtags e outros indicadores – e contrários ao PC.

		Candidato Jair Bolsonaro		
		Opositores	Apoiadores	Total
Politicamente correto	Ataca o PC	37 (2,82%)	1.195 (91,15%)	1.232 (93,97%)
	Defende o PC	68 (5,19%)	2 (0,15%)	70 (5,34%)
	Misto	2 (0,15%)	7 (0,53%)	9 (0,69%)
Total		107 (8,16%)	1.204 (91,84%)	1.311 (100%)

Tabela 01: Relação dos comentários de apoiadores e opositores de Jair Bolsonaro com o politicamente correto (PC)

Fonte: Elaborada pelas autoras.

⁷ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1loXk2-AvWHtHe3QEQ_m2rGw2XNWZVQxH/view?usp=sharing>. Acesso em: 25 mar. 2022.

⁸ A tabela foi criada, originalmente, pelo SPSS a partir do valor total do *corpus*: 2.611 (casos omissos: n=3 / Qui-quadrado de Pearson: Valor 1587,149a; Significância Assintótica [Bilateral], 000). Porém, a título de melhor compreensão, optamos por explicitar nas tabelas apenas os casos válidos, desconsiderando os comentários não identificáveis.

Dentre os comentários que se encaixam nesta amostra, as afirmações variam desde argumentos mais simples a argumentações mais complexas. Porém, o que se percebe é uma exaltação da postura politicamente incorreta de Bolsonaro. O comportamento do candidato do PSL é tratado como motivo de elogio pelo seu público, conforme os comentários 1, 2 e 3⁹ da Figura 1:

Comentário 1: Por esse que eu voto nesse cara... o fato dele não ser politicamente correto é o que mais me atrai, ate mais que o plano de governo. Expõem todo mundo e não tá nem aí!!

Comentário 2: O problema é ele ser autêntico, isso incomoda muito os chamados Politicamente Correto! fala abertamente que todos entendem o recado não tem Mimimi!! Por isso #17neles

Comentário 3: ESSE É O CARA KKK AMOOOOOO...SEM MIMIMI FALA NA LATA.... PARECE CADA UM DE NÓS FALANDO

Comentário 4: Pqp kkkkkkkkkkkkkkkkkkk é um vitimismo chega dar nojo.

Comentário 5: Prá mim é frescura mesmo no passado todos nós tínhamos um apelido hoje é bullying

Comentário 6: Apoiado b17chega de frescura

Comentário 7: Também acho frescura um negro um nordestina um gay e tão capaz como qualquer um ...

Figura 01: Comentários de apoiadores de Bolsonaro que atacam o politicamente correto (PC).

Fonte: Elaborada pelas autoras com dados da página de Facebook de Jair Bolsonaro.

Os comentários fazem referência ao fato de Bolsonaro ser autêntico, sincero, espontâneo – argumentação que vemos em diversos outros comentários codificados. Bolsonaro, durante sua campanha, se apresentou como um homem comum, um “homem do povo” e, ao se expressar da mesma maneira que milhões de brasileiros, muitos se sentiram representados (BARONAS; PONSONI, 2018; ALONSO, 2019), conforme percebemos no comentário 3. Como o foco dos comentários é enaltecer as atitudes do candidato em detrimento de outros interesses (como o plano de governo, conforme o comentário 1), vemos aqui a personalização da política que, segundo Ribeiro e Pozobon (2019), é a forma de tratar o ator político como um indivíduo qualquer da sociedade. Além disso, o método o expõe pelo enquadramento de sua vida cotidiana e focaliza os líderes individuais, e não as frentes partidárias. Em relação ao candidato Bolsonaro, podemos acrescentar que tal personalização ainda estaria ligada à sua postura explicitamente politicamente incorreta ou, ainda, como afirmam alguns de seus apoiadores em nosso *corpus*, à sua postura honesta, verdadeira, franca, livre de “mimimi”, de quem “fala na lata”.

Segundo Di Carlo e Kamradt (2018), Bolsonaro, ao mobilizar a cultura do PI, incorporou os valores desta cultura em seu plano de governo. Os mesmos autores também refletem acerca do personalismo que o coloca acima dos partidos e da crise do sistema político, porém, eles também afirmam que o candidato não é o responsável pela radicalização da sociedade, mas sim um produto de tal radicalização. “Ele é porta-voz por ter sido o político mais hábil em verbalizar valores que vão de encontro a essa cultura [do politicamente incorreto]” (DI CARLO; KAMRADT, 2018, p. 69, grifo nosso).

⁹ As identidades dos usuários do Facebook foram ocultadas, a fim de preservar a privacidade.

A primeira hipótese afirma que os apoiadores de Haddad serão menos propensos a atacar o PC. Conforme a Tabela 2¹⁰, notamos que, do total de pessoas que se manifestaram em relação ao Haddad e em relação ao PC, apenas 2,10% são seus defensores que atacam o PC, contra 91,15% em comparação com os defensores de Bolsonaro (Tabela 1). Como esperado, a hipótese foi largamente confirmada.

		Candidato Fernando Haddad		Total
		Opositores	Apoiadores	
Politicamente correto	Ataca o PC	536 (86,73%)	13 (2,10%)	549 (88,83%)
	Defende o PC	0 (0%)	61 (9,87%)	61 (9,87%)
	Misto	6 (0,97%)	2 (0,32%)	8 (1,29%)
Total		542 (87,70%)	76 (12,30%)	618* (100%)

Tabela 02: Relação dos comentários de apoiadores e opositores de Fernando Haddad com o politicamente correto (PC)

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Podemos dizer que, dentre os apoiadores de Haddad que se manifestam em relação ao assunto, há majoritariamente a defesa das normas de correção. Como exemplo, citamos os comentários na Figura 2 a seguir.

Comentário 8: Chamar pauta social de mimimi e vitimismo ofende a democracia! Não deslegitimaram nossas lutas! #Haddad pela democracia!

Comentário 9: Ah, se ele soubesse o que o bullying é capaz de fazer com a vida de uma pessoa. Só quem já viu alguém que ama sofrer por ser considerado diferente, sabe o quanto dói por favor, se vocês tiverem um filho adolescente ou/e gordinho, um amigo negro ou gay, passando por bullying, eu imploro, não cheguem para ele e falem que sofrer por serem desmerecidos é vitimismo . Os tempos mudaram e todo mundo com o mínimo de capacidade cognitiva é capaz de entender isso, se o futuro líder da nossa nação pensa assim, que Deus nos ajude!!! Fiquei muito curiosa para saber como ele pretende acabar com esse 'vitimismo' ? 🤔

Figura 02: Comentários de apoiadores de Haddad que defendem o politicamente correto (PC)

Fonte: Elaborada pelas autoras com dados da página de Facebook de Fernando Haddad.

¹⁰ A tabela foi criada, originalmente, pelo SPSS a partir do valor total do *corpus*: 2.610 (casos omissos: n=4 / Qui-quadrado de Pearson: Valor 774,409a; Significância Assintótica [Bilateral], 000). Porém, a título de melhor compreensão, optamos por explicitar nas tabelas apenas os casos válidos, desconsiderando os comentários não identificáveis.

Enquadramos esses proferimentos enquanto defensores de Haddad porque apoiam as ideias do candidato explícitas em suas publicações. Tais comentários ainda foram codificados como reconhecimento do problema social, ou seja, quem os redigiu entende que há uma questão de nível público que não pode ser chamada de vitimismo. Constatamos uma identificação entre a defesa do PC e o apoio a Fernando Haddad pelo fato de o candidato ter sempre se pautado pela necessidade da garantia dos DH. Em sua campanha, ele propôs a implementação de uma conferência nacional popular de DH, com o intuito de incluir e promover os direitos de todos os setores que lutam. Com o argumento da construção de uma democracia mais assertiva, Haddad, em seu plano de governo, afirma o quão estratégico é o combate ao racismo e ao machismo, por exemplo. Sendo assim, é plausível esperar que seus apoiadores também sejam defensores desses direitos. Cabe aqui destacar a visão de Honneth (2009) acerca das lutas sociais. Para o autor, uma luta só pode ser caracterizada como “social” a partir da circunstância em que seus propósitos passam a ir além das intenções individuais, chegando ao patamar de se tornarem a fundamentação de um movimento coletivo. Na dimensão do reconhecimento honnethiana, as lutas e os conflitos históricos podem revelar uma posição na evolução social desde que se empreenda o processo de assimilação de seus papéis para o estabelecimento de um progresso moral.

Outro dado interessante (e expressivo) de ser analisado é o fato de que, do universo pesquisado, 86,73% das pessoas atacam Haddad e contestam o PC. Boa parte desse dado se deve às publicações em que Haddad ataca Bolsonaro por este chamar de “coitadismo” o preconceito com negros, mulheres, nordestinos e gays. Uma dessas publicações apresenta o vídeo¹¹ de uma entrevista com Jair Bolsonaro em que o candidato declara que a melhor forma de combater o racismo é não falando sobre o assunto. Haddad se mostra explicitamente contrário em relação à proposição de Bolsonaro, e os apoiadores deste reagiram a tais publicações, o que é ilustrado pelos comentários 4, 5, 6 e 7 da Figura 1. Nomear o preconceito e a violência verbal como vitimismo e frescura é indicativo de falta de disposição para adequar seu discurso em prol da boa convivência com certos grupos que sempre estiveram em posições de julgamento – *o gordo, o negro, o gay, a mulher*, para citar alguns.

Após a análise dos comentários, constatamos que a postura de Jair Bolsonaro, então deputado federal candidato à presidência da República, poderia estar avalizando e estimulando o repúdio ao PC. Bolsonaro não é o único representante político que sofre deste mal-estar, tampouco é o criador do fenômeno, porém, suas posturas incentivam uma parcela da sociedade – que clama por mudanças no Brasil – a proclamar que está “cansada do politicamente correto”. Tal fato poderia estar incitando o ataque a Haddad, já que, aliado à pauta que aciona a cultura do PI, estaria o antipetismo (DI CARLO; KAMRADT, 2018; SARGENTINI; CHIARI, 2019). Há uma relação entre o antipetismo, que contesta as políticas de inclusão social promovidas pelo partido (TELLES, 2015; TATAGIBA, 2018; SANTOS JUNIOR, 2019), e o ataque ao PC. O PC, por respeitar as diferenças (CHOI; MURPHY, 1992), incentiva a inclusão de grupos estigmatizados na esfera pública (DZENIS; FARIA, 2020), e o PT, por intermédio das políticas assistencialistas e da defesa de certas pautas identitárias, é, assim, acusado de estratificar o país. A objeção aos programas sociais se relaciona à defesa dos processos meritocráticos e vê as desigualdades como um modelo justo de retribuição às diferenças, sobretudo, de esforços (MIGUEL, 2018).

¹¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=343944809506344>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

Negação de conflitos identitários e efeitos na esfera pública

Na segunda hipótese deste artigo, acreditamos que, entre os que atacam o PC e se manifestam acerca das questões identitárias, a negação desses conflitos será maior entre os apoiadores de Jair Bolsonaro em relação aos apoiadores de Fernando Haddad. Isto porque, evidentemente, todos os comentários de negação atacavam o PC.

Anteriormente ao processo de discussão dos resultados relativos à hipótese 2, apresentaremos, na tabela a seguir, as justificativas codificadas como formas de explicação do ataque ao PC por parte dos apoiadores de Bolsonaro.

Justificativa para ataque ao politicamente correto	Frequência dos comentários
Cria conflitos identitários inexistentes	342 (93%)
Restringe da liberdade de expressão	6 (1,63%)
Cria regulamentação excessiva	4 (1,08%)
É um artifício que impede o ataque ao adversário	15 (4,08%)
Total	367* (100%)

Tabela 03: Frequência de tipos de justificativa para atacar o politicamente correto (PC) nos comentários de apoiadores de Jair Bolsonaro

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Segundo a Tabela 3¹², dentre os apoiadores de Bolsonaro que atacaram o PC com justificativa, 93% interpretavam o PC como algo que cria conflitos identitários inexistentes em nossa sociedade. Ou seja, esta parcela de comentários negava tais conflitos, enquanto 1,63% dos comentários acusavam o PC de cercear a liberdade de expressão, 1,08% o definiam como algo que impõe regulamentações excessivas, julgando as medidas autoritárias dessa regulação, e 4,08% o desaprovavam por ser um artifício que dificultava, ou mesmo impedia, o ataque direto ao adversário.

Como mostra a Tabela 4, dentre as pessoas que se manifestaram em relação ao Bolsonaro e em relação aos conflitos identitários, 88,83% eram apoiadores do candidato e negaram tais conflitos sociais.

¹² A título de melhor compreensão, optamos por explicitar nas tabelas apenas os casos válidos, desconsiderando os comentários com justificativas não identificáveis.

Candidato Jair Bolsonaro				
		Opositores	Apoiadores	Total
Conflitos identitários	Negação	5 (1,30%)	342 (88,83%)	347 (90,13%)
	Reconhecimento	36 (9,35%)	1 (0,26%)	37 (9,61%)
	Misto	0 (0%)	1 (0,26%)	1 (0,26%)
Total		41 (10,65%)	344 (89,35%)	385* (100%)

Tabela 04: Relação dos comentários de apoiadores e opositores de Jair Bolsonaro com os conflitos identitários.

*A tabela foi criada, originalmente, pelo SPSS a partir do valor total do *corpus*: 2608 (casos omissos: n=6 / Qui-quadrado de Pearson: Valor 472,162a; Significância Assintótica [Bilateral], 000). Porém, a título de melhor compreensão, optamos por explicitar nas tabelas apenas os casos válidos, desconsiderando os comentários não identificáveis.

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Seguem, como exemplo, alguns comentários na Figura 3.

Comentário 10: Excelente, esse é o Brasil que queremos! O mimimi só torna as pessoas mais frágeis. O Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!

Comentário 11: Ele esta certo.. agora tudo é vitimismo, vivemos uma era onde as pessoas estão sendo incentivadas a ter pena de si mesmas... a não acreditarem nelas mesmas... O que se tem que ensinar em casa é respeitar as pessoas!

Comentário 12: Ele está certo. Quanto mais fala pior fica. Pt separou os negros, graças a Deus me livre de pt e de vitimismo

Comentário 13: To com ele... Sou branca e por muitas vezes me chamaram de branquela, coalhada, e nunca achei ruim!!!! Agora o Negro vc chama ele de Negro e racismo, o Gay vc chama ele é preconceito.... Peraí??? Mais preconceito do que os próprios aceitando Cotas??? O que define uma vaga seria, o esforço dos estudos, a inteligência e não cor de Pele!!! Minha vó era negra e era racista, os próprios são mais racistas do que qualquer outro!! Hipocrisia pura!!! Vitimismo!!! Pra ser Gay ou Herero vc não precisa ser indecênte!

Comentário 14: Esse negócio de racismo é tudo frescura, no meu tempo a gente chamava os colegas de preto, de polaco, de bicha, de gordo de seco..e tudo não passava de palavras, éramos todos amigos, jogávamos bolas, íamos pro Rio..

Comentário 15: Menos mimimi nesse Brasil! Menos vitimismo!! Somos todos iguais!! Estamos mais do que nunca unidos por um Brasil melhor! Domingo! #bolsonaro17

Comentário 16: Igualdade para todos! Somos todos iguais perante Deus 😊 sem mimimi

Comentário 17: Ele não quis dizer que preconceito é frescura, ele só acha que preconceito não deve existir. Somos todos iguais aos olhos do pai.

Comentário 18: Tô fazendo campanha de graçaaa porque me identifiquei com você Jair Bolsonaro! Embora tenho sofrido retaliação por ser negra e votar em ti mas não quero carregar nos ombros o peso do vitimismo. Desejo um dia ser conhecida pelo que faço e não pela minha cor 🍷🍷 Brasil de igualdade para todos 🍷🍷 17

Comentário 19: Parabéns, vc é um homossexual inteligente, que se garante e não se vitimiza, que pensa pela nação inteira e não olha só pro seu umbigo, eu tbm sou gay e voto 17, Bolsonaro e mais ninguém é obrigado a gostar de gays, apenas respeita, da mesma forma que nenhum gay é obrigado a gostar de mulher, detesto esses gayzitas que querem privilégios, pq todos somos iguais perante a lei e tem mais, fala pra esses gays idiotas que se acham minorias de puro vitimismo, que minoria não elege presidente, abraço querido!

Figura 03: Comentários de apoiadores de Bolsonaro que negam os conflitos identitários.

Fonte: Elaborada pelas autoras com dados da página de Facebook de Jair Bolsonaro.

‘Diversos comentários acima apoiam explicitamente as ideias de Bolsonaro. O primeiro deles – o comentário 10 – é uma resposta à publicação em que o candidato declara a necessidade do tratamento igualitário entre as pessoas, e ainda afirma: “Ninguém gosta de ser tratado como coitadinho”. Dizer que “o mimimi só torna as pessoas mais frágeis” é uma negação de que há um problema real. O “mimimi”, aqui, tem relação com as contestações contra o preconceito, a discriminação e a exclusão social sofridos por grupos minoritários. Em relação ao slogan “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”, também revisitado pelo comentário 10, apresenta-se, aqui, o pensamento de Alonso (2019) sobre a questão da pátria na propaganda eleitoral bolsonarista, evidenciada como uma forma de negação de classe. “Em vez de estratificação, homogeneidade” (ALONSO, 2019, p. 54). Daí nasce o slogan.

Já os comentários 11 e 12 são relativos à publicação de Haddad em que o petista julga Bolsonaro por alegar que preconceito é “coitadismo”. A “pena de si mesmo”, como diz o comentário 11, seria o reconhecimento de certas consciências sociais e suas respectivas consequências: a consciência de classe e da desigualdade social e a consciência de raça e do racismo, por exemplo. A virada conservadora brasileira possui nuances que podem ser embasadas por diversas justificativas – seja porque o Brasil tem sua história marcada pelo processo de democratização tardia e ainda vive um pêndulo democrático (AVRITZER, 2019), seja, ainda, devido à experiência circunstancial ao qual está submetido o setor médio da sociedade brasileira. A falta de consciência da classe média molda, de certa maneira, a esfera pública brasileira, de forma a levar ao ocultamento dos conflitos sociais e à dominação de estruturas de poder implícitas.

No comentário 12, o indivíduo se mostra contrário aos mandatos do PT, culpabilizando-os por “separar os negros”. A oposição às políticas públicas de justiça social implantadas pelos governos petistas é uma das pautas levantadas pelas direitas (SANTOS, 2019; TELLES, 2015) ao alegar que certas agendas petistas foram responsáveis por dividir classes, gêneros e raças. O comentário 13 também entra para a lista da negação dos problemas identitários ao distorcer os fatos e argumentar pela crença no chamado “racismo reverso”. O histórico de opressão e violência que exclui a população negra, ao ser transferido discursivamente para a população branca, apresenta-se de maneira incoerente. Já no proferimento 14, nota-se um saudosismo do passado, por este ter sido uma época livre de “frescura”. Segundo os comentários, nos tempos antigos, o discurso era liberado, já que a o PC não atuava com tamanha força. É fato que hoje, com a ascensão das lutas das pautas identitárias, preocupa-se mais com tais agendas. Cabe ressaltar que quando a negação não permite a visibilidade do confronto ela pode se definir como uma intolerância.

Outra argumentação vista por defensores de Bolsonaro é a de que “somos todos iguais”, conforme os comentários 15, 16 e 17 da Figura 3. Assim, além de negarem as diferenças sociais existentes em um sistema plural, negam também os problemas resultantes não da multiplicidade identitária, mas da pluralidade de tratamentos destinados a diferentes indivíduos, e nega a existência de privilégios de classe, raça e gênero. Portanto, implicitamente, há a perspectiva de que não deveria haver políticas específicas para determinados grupos. Esta postura pode ser explicada pelo revisionismo histórico. Starling (2019, p. 342) atribui a visibilidade da disputa dos sentidos dos fatos às manifestações de 2013, cujas pautas se baseavam num imaginário conservador regressivo e reacionário, “com disposição para adulterar fatos históricos e adequá-los à sua conveniência ideológica”.

Em nosso *corpus*, nos deparamos com alguns comentários revisionistas que negavam a ditadura ou mesmo conferiam outro significado ao período pós-1964, e que ainda recontam a história da população negra. “Se a confiança na veracidade histórica for eliminada, as pessoas acreditam no que querem ou no mais conveniente; tudo se resume a uma questão de opinião e à melhor versão em curso – é o passado às avessas” (STARLING, 2019, p. 343). Assim, como explica a autora, a mentira se mistura à democracia até o ponto em que ambas se tornam similares, e, desta forma, atores políticos negam, reescrevem e alteram uma mesma versão dos fatos, procedimento que ocorre no Brasil anteriormente e após as eleições de 2018. Segundo Di Carlo e Kamradt (2018), o revisionismo histórico bolsonarista é uma cosmovisão compartilhada

por seu público de eleitores. “Em um país marcado por uma memória fraca sobre sua história, a atuação política de Bolsonaro fortalece a amnésia coletiva” (DI CARLO; KAMRADT, 2018, p. 57).

Na Figura 3, foram selecionados alguns comentários (18 e 19) nos quais a negação dos conflitos sociais é uma argumentação acionada pelas pessoas advindas de grupos estigmatizados e apoiadoras de Bolsonaro. Observa-se, nesses comentários, uma argumentação correspondente à premissa de que ninguém quer ser visto como um indivíduo frágil, que necessita de auxílios (estatais ou não) para obter sucesso. O discurso do “eu sou capaz”, ao mesmo tempo em que atribui ao indivíduo a responsabilidade por tomar o próprio caminho, também é um discurso mais sedutor, já que confere ao indivíduo a ideia de engajamento pela própria trajetória. Como aponta Honneth (2009), a condução do mero sofrimento à ação ativa deve ser feita por, de certo modo, um elo psíquico que informa cognitivamente o sujeito atingido de sua circunstância social. Ainda alinhado à discussão sobre as vítimas que não reconhecem os conflitos sociais, o autor afirma que nem sempre a injustiça do desrespeito se revela em reações afetivas.

Da mesma maneira como apresentamos os dados de Bolsonaro relativos às justificativas que levaram seus apoiadores a atacar o PC, são expostos, a seguir, os dados referentes aos apoiadores de Haddad.

Justificativa para ataque ao politicamente correto	Frequência dos comentários
Cria conflitos identitários inexistentes	0 (0%)
Restringe da liberdade de expressão	3 (21,42%)
Cria regulamentação excessiva	1 (7,14%)
É um artifício que impede o ataque ao adversário	10 (71,42%)
Total	14* (100%)

Tabela 05: Quantidade e frequência dos comentários de apoiadores de Fernando Haddad contrários ao politicamente correto (PC) e suas respectivas justificativas

Fonte: Elaborada pelas autoras.

De acordo com a Tabela 5¹³, 21,42% dos apoiadores de Haddad que atacaram o PC acreditam que ele restringe a liberdade de expressão, 7,14% conferiram ao PC o caráter de regulamentação em excesso e 71,42% o julgaram como um impedimento de ataque ao adversário político.

A segunda hipótese deste trabalho foi também confirmada de modo sólido, já que, dentre as pessoas que se manifestaram em relação ao Bolsonaro e em relação aos conflitos identitários, 88,83% eram apoiadoras de Bolsonaro e negaram os conflitos sociais (Tabela 4), enquanto nenhum dos apoiadores de Haddad o fizeram (Tabela 6¹⁴). Esses achados fornecem evidências de que os apoiadores de Bolsonaro negam os conflitos de grupos identitários, e os de Haddad, ainda que ataquem, em certa medida, o PC, não mobilizam tal linha argumentativa. Dentre as pessoas que se manifestam em relação ao tema, em unanimidade, há o reconhecimento das diferenças.

11 A título de melhor compreensão, optamos por explicitar nas tabelas apenas os casos válidos, desconsiderando os comentários com justificativas não identificáveis.

12 A tabela foi criada, originalmente, pelo SPSS a partir do valor total do *corpus*: 2607 (casos omissos: n=7 / Qui-quadrado de Pearson: Valor 577,94a; Significância Assintótica (Bilateral), 000). Porém, a título de melhor compreensão, optamos por explicitar nas tabelas apenas os casos válidos, desconsiderando os comentários não-identificáveis.

Candidato Fernando Haddad				
		Opositores	Apoiadores	Total
Conflitos identitários	Negação	202 (84,17%)	0 (0%)	202 (84,17%)
	Reconhecimento	1 (0,42%)	36 (15%)	37 (15,42%)
	Misto	1 (0,42%)	0 (0%)	1 (0,42%)
Total		204 (85%)	36 (15%)	240* (100%)

Tabela 06: Relação dos comentários de apoiadores e opositores de Fernando Haddad com os conflitos identitários

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Os comentários da Figura 4, a seguir, correspondem a uma amostra dos proferimentos que entendem os meandros sociais e foram codificados como “reconhecimento do problema” e apoiam Haddad, já que concordam com as premissas do candidato na publicação.

Comentário 20: Mano, o Brasil é um 5 países mais desiguais do mundo. É um dos que mais mata mulheres por conta do machismo porque homem acha que a mulher é só dele, é um dos que mais mata LGBT e negros por causa do preconceito e a intolerância religiosa no país gera uma perseguição doentia por aqueles que seguem outras doutrinas. Eu não consigo lidar com gente que acha que toda essa barbárie desumana do preconceito como um todo é vitimismo de quem sofre e que políticas públicas de inclusão social piora isso tudo. Vai perguntar quem matou a fome do seu filho graças ao Bolsa família, vai perguntar quem morou quase a vida toda em uma casa em condições precárias e teve uma vida melhor depois que ganhou um teto graças ao Minha casa minha vida, vai perguntar ao médico que salvou a sua vida graças ao ProUni que fez com que ele ingressar numa faculdade porque por mais que ele quisesse ser alguém na vida era muito difícil isso acontecer porque na corrida pra ser alguém na vida ele largou na última fila. O que falta pra vocês não é aprender com a história e sim, ter um pouco mais de humildade e entender a dor e sofrimento do seu próximo.

Comentário 21: Olha aqui a nossa frescura
<https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1884666-brasil-patina-no-combate-a-homofobia-e-vira-lider-em-assassinatos-de-lgbts.shtml>

Figura 04: Comentários de apoiadores de Haddad que reconhecem os conflitos identitários

Fonte: Elaborada pelas autoras com dados da página de Facebook de Fernando Haddad.

Os comentários acima, na Figura 4, são exemplos de defesa dos DH. A teoria do retrocesso cultural (NORRIS; INGLEHART, 2019) convida-nos a interpretar que a aversão ao PC, ao incentivar o desrespeito ou mesmo a intolerância a certos grupos, baseia-se na chamada criminalização dos DH (OLIVEIRA, 2013; FREIRE, 2018). Apesar dos inúmeros avanços jurídicos favoráveis aos direitos humanos e de minorias, o país enfrenta desigualdades sociais e econômicas, além de preconceitos e posturas conservadoras e diversas maneiras de discriminação (OLIVEIRA, 2013). Além disso, não há como negar a imbricação entre a cultura avessa aos valores humanos e o extenso período de ditadura ao qual o Brasil esteve submetido.

Para nossos propósitos, interessa destacar que há pouco mais de 130 anos nossa nação ainda estava atada ao sistema escravagista. Por isso, em uma sociedade como a brasileira, de raiz violenta e autoritária e ainda hoje desigual, a construção democrática passa por trajetos voláteis, tortuosos e por diversos pontos altos e baixos de inversões antidemocráticas (STARLING, 2019; AVRITZER, 2019). A partir de 2013, conforme descreve Starling (2019), assistimos a um crescimento das tentativas de fraudar a história para torná-la ferramenta de contestação de conflitos políticos, investindo, assim, contra a democracia. As fraudes, as negações do conflito e das diferenças lesionam o Estado Democrático de Direito. Assim sendo, o PC, por se tratar de um mecanismo de autorregulação da própria sociedade, pode vir a encetar um novo parâmetro para orientar reformas no campo jurídico.

Considerações finais

Diversas pesquisadoras compartilham a visão de que, hoje, o brasileiro não esconde seus posicionamentos intolerantes e politicamente incorretos (RAMOS, 2017; SOLANO, 2019; STARLING, 2019, entre outros). O presente artigo, ao explorar o ataque ao PC e a negação das desigualdades sociais na esfera pública, apresenta algumas contribuições relevantes para os estudos sobre comunicação política. Dada a complexidade do conceito de PC e suas variadas articulações, este estudo ajuda a evidenciar, num plano empírico, distintos usos desse conceito em trocas comunicativas de candidatos e seus apoiadores no período eleitoral de 2018.

Como há uma perene dificuldade para medir a aversão ao PC numa sociedade complexa, o presente estudo, ao lidar como o período eleitoral brasileiro, permite investigar tal questão num contexto político polarizado. Embora o ataque ao PC tenha diversas nuances e origens, nossas análises corroboram a expectativa de que os apoiadores do atual presidente do país, em sua maioria, negam os conflitos e são contrários ao PC; já os defensores de Haddad reconhecem os conflitos identitários e defendem a linguagem politicamente correta. Concluímos que a contestação do PC se torna danosa quando há a negação de problemas coletivos e de desigualdades históricas, uma vez que se contesta os pressupostos de uma sociedade eticamente pluralista. Apesar da perspectiva conservadora que dominou as esferas públicas brasileiras nos últimos anos, parece que estamos assistindo a uma corrosão mais profunda. A imagem ressignificada do homem cordial e o esforço de revisionismo histórico, frutos das fraudes dos fatos e aliados ao apagamento de desigualdades sociais por parte de líderes políticos e uma ampla parcela de cidadãos, podem não apenas fazer retroceder processos para a inclusão de grupos desfavorecidos, mas, também, efetivamente minar as condições de uma convivência democrática.

Referências

ABRANCHES, S. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In: ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 11-34.

ALONSO, A. A comunidade moral bolsonarista. In: ABRANCHES, Sérgio, et al. **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras. 2019. p. 52-70.

AVRITZER, L. O Pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise (2013-2018). In: AVRITZER, L. et al. **Pensando a democracia, a República e o Estado de Direito no Brasil**. Belo Horizonte: Projeto República, 2019. p.17-38.

BARONAS, R. L.; PONSONI, S. **Bolsonaro e Trump: (des)semelhanças enunciativas**. Guavira Letras, Três Lagoas, v. 14, n. 28, p. 24-35, 2018.

BAPTISTA, É. A. et al. Eleições 2018: a campanha para o cidadão de bem. In: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 42, 2018, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, p. 1-26, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

CHOI, J. M.; MURPHY, J. **The Politics and Philosophy of Political Correctness**. 1. ed. Santa Barbara, CA: Praeger. 1992.

CIOCCARI, D. O atentado contra Jair Bolsonaro: imagem e a violência nas eleições 2018. **Revista Líbero**, on-line, ano XXI, n. 42, p. 127-142, 2018.

DI CARLO, J.; KAMRADT, J. Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. **Revista Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 55-72, 2018.

DZENIS, S.; FARIA, F. N. Political Correctness: the Twofold Protection of Liberalism. **Philosophia**, n. 48, p. 95-114, 2020.

FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: a Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: CALHOUN, C. (Ed.). **Habermas and the Public Sphere**. Cambridge: MIT Press, 1992. p. 109-142.

FREIRE, S. et al. Direitos humanos no Brasil: a sedução do canto da sereia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇOS SOCIAIS, 16, Vitória, 2018. **Anais...** Vitória: ENPESS, 2018. p. 1-16.

GRANATH, S.; ULLÉN, M. "The Elevation of Sensitivity over Truth": Political Correctness and Related Phrases in the Time Magazine Corpus. **Applied Linguistics**, v. 40, n. 2, p. 1-24, 2017.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro**. Tradução de George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. 2. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HALL, S. Some “Politically Incorrect” Pathways Through PC. In: DUNANT, S. (Ed.). **The War of the Words: The Political Correctness Debate**. Londres: Virago Press, 1994. p. 164-184.

HELD, David. **Modelos de democracia**. Tradução de Alexandre Sobreira Martins. Belo Horizonte: Editora Paidéia, 1995.

HERZOGENTH-AMELUNG, H. The New Instantaneity: how Social Media are Helping us Privilege the (Politically) Correct over the True. **Media, Culture & Society**, on-line, v. 38, n. 7, p. 1080-1089, 2016.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

KOHL, H. Uncommon Differences: On Political Correctness, Core Curriculum and Democracy in Education. **The Lion and the Unicorn**, Baltimore, v. 16, n. 1, p. 1-16, 1992.

KRIPPENDORFF, K. Testing the Reliability of Content Analysis Data: What is Involved and Why. In: KRIPPENDORFF, K; BOCK, M. A. **The Content Analysis Reader**. Los Angeles: Sage Publications, 2007. p. 350-357.

LALONDE, R.; DOAN, L.; PATTERSON, L. Political Correctness Beliefs, Threatened Identities, and Social Attitudes. **Group Processes & Intergroup Relations**, v. 3, n. 3, p. 317-336, 2000.

MAIA, R. C. M. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 11, Brasília, 2002. **Anais...** Brasília: COMPÓS, 2002.

_____. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 15, Brasília, 2006. **Anais...** Brasília: COMPÓS, 2006.

MARTINS FILHO, J. R. Ordem desunida: militares e política no governo Bolsonaro. **Perseu**, ano 13, n. 18, p. 167-193, 2019.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGU, E. S. (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Tradução Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NEUENDORF, K. A. **The Content Analysis Guidebook**. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage Publications, 2002.

NEWFIELD, C. What Was Political Correctness? Race, the Right, and Managerial Democracy in the Humanities. **Critical Inquiry**, v. 19, n. 2, p. 308-336, 1993.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural Backlash: Trump, Brexit and Authoritarian Populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

OLIVEIRA, B. S. de; MAIA, R. C. M. Redes bolsonaristas: ataque ao politicamente correto e conexões com o populismo autoritário. **Revista Confluências**, v. 22, n. 3, p. 83-114, 2020.

OLIVEIRA, V. V. de. **Direitos humanos e suas justificativas na mídia**: a controvérsia envolvendo o caso do PNDH-3. 178 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociabilidade, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

RAJAGOPALAN, K. Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem “politicamente correta”. In: SIVA, F.; MOURA, H. (Orgs.). **O direito à fala**: a questão do preconceito linguístico. Florianópolis: Insular, 2000. p. 93-102.

RAMOS, S. de S. O politicamente correto e a topologia da exclusão. **Revista USP**, São Paulo, n. 115, p. 41-50, 2017.

RIBEIRO, A. D.; POZOBON, R. O. Eleições 2018: análise das estratégias discursivas dos candidatos à presidência do Brasil no Instagram. In: PIMENTEL, P. C.; TESSEROLI, R. (Orgs.). **O Brasil vai às urnas**: as campanhas eleitorais para presidente na TV e internet. Londrina: Syntagma Editores, 2019. p. 50-81.

SANTA INÊS, L. et al. Como a ditadura, a violência e os direitos humanos aparecem na agenda eleitoral de 2018?. **Revista Lumina**, Juiz de Fora, v. 13, n. 3, p. 119-134, 2019.

SANTANA, G.; LEAL, M. V. Análise do discurso politicamente incorreto na atual mídia humorística televisiva brasileira: o caso de entrevistas feitas por Danilo Gentili. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 13, n. 1, p. 377-399, 2019.

SANTOS JUNIOR, M. A. dos. **#VaipraCuba!**: a gênese das redes de direita no Facebook. Curitiba: Editora Appris, 2019.

SARGENTINI, V. M. O.; CHIARI, G. Mentirosos, corruptos e comunistas! As Fake News e o politicamente incorreto. **Discurso & Sociedad**, on-line, v. 13, n. 3, p. 449-467, 2019.

SCABIN, N. L. C. **Politicamente correto, uma categoria em disputa**. Curitiba: Editora Appris, 2018.

SOLANO, E. A bolsonarização do Brasil. In: ABRANCHES, S. et al. **Democracia em risco?**: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 307-322.

STARLING, H. M. O passado que não passou. In: ABRANCHES, S. et al. **Democracia em risco?**: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 337-354.

STRAUTS, E.; BLANTON, H. That’s not Funny: Instrument Validation of the Concern for Political Correctness Scale. **Personality and Individual Differences**, v. 80, p. 32-40, 2015.

TATAGIBA, L. Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). In: ALMEIDA, R. de; TONIOL, R. (Orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

TELLES, H. Corrupção, legitimidade democrática e protestos: o boom da direita na política nacional?. **Interesse Nacional**, n. 30, p. 28-46, 2015.

Informações para textos em coautoria

Concepção e desenho do estudo

Bruna Silveira de Oliveira e Rousiley Celi Moreira Maia

Aquisição, análise ou interpretação dos dados

Bruna Silveira de Oliveira

Redação do manuscrito

Bruna Silveira de Oliveira e Rousiley Celi Moreira Maia

Revisão crítica do conteúdo intelectual

Rousiley Celi Moreira Maia e Bruna Silveira de Oliveira

Informações sobre o artigo

Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese

O presente artigo é resultado da dissertação de mestrado O mal-estar da regulação discursiva: o brasileiro e a aversão ao politicamente correto no período eleitoral de 2018, de Bruna Silveira de Oliveira.

Fontes de financiamento

Bolsa de doutoramento pela CAPES. Financiamento CNPq 306492/2018-0.

Considerações éticas

Não se aplica.

Declaração de conflito de interesses

Não se aplica.

Apresentação anterior

Encontro COMPÓS, 2020, Campo Grande (MS).

Agradecimentos/Contribuições adicionais

Agradecemos a Marcus Vinícius de Oliveira (DCC/UFMG) pela contribuição na coleta de dados.